

Jacinto Godinho¹

O que é a reportagem?

Tudo na cultura ocidental parece começar com a pergunta: “*O que é?*”. Uma investigação sobre a reportagem remete-nos por isso, obrigatoriamente, para a pergunta – “*O que é a reportagem?*”

A pergunta abre a angústia da ignorância. Parece que todas as respostas ficarão aquém e serão insuficientes para satisfazer a exigência filosófica da pergunta. Muitos repórteres experimentados, depois de centenas de reportagens já realizadas, não deixariam de ficar angustiados por ter de responder a esta questão que parece simples mas não é *O que é isto – a reportagem?*. É o que acontece também com a pergunta sobre a felicidade. Do ponto de vista intuitivo da experiência identificamos, sem problemas, o que são momentos de felicidade, mas é mais difícil explicá-la como conceito.

Por isso, temos de colocar a dúvida se a pergunta sobre o ser da reportagem não é uma armadilha. A pergunta já orienta a resposta e esta é uma das fórmulas da ideologia, porque coloca a reportagem como algo a que se acede através de uma verdade explicativa, oculta porque

1. Jornalista dos quadros da RTP (Rádio e Televisão de Portugal) desde 1988. Como repórter fez vários trabalhos de investigação premiados, como Tráfico de hormonas para a carne de vaca (1993) e Caça aos golfinhos nos Açores (1994). Produziu e realizou e várias séries documentais, como é o caso de *Ei-los que Partem – Uma história da Emigração Portuguesa* (2006); *A PIDE Antes da PIDE* (2016) e *Quando a Tropa mandou na RTP* (2017) e *A Gravação Secreta da Assembleia Selvagem* (2019). Foi por duas vezes galardoado com o Prémio Gazeta do Clube de Jornalistas. Doutorado em Ciências da Comunicação pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa, investigador do ICNOVA, é professor auxiliar do Departamento de Ciências da Comunicação da FCSH-UNL. Publicou os livros *As origens da reportagem – Imprensa* (2009) e *As origens da reportagem – Televisão* (2011).

não é evidente à primeira vista. A pergunta apresenta a reportagem como um segredo por descobrir. E se a resposta não existir? E se não for possível responder à pergunta *O que é a reportagem?*

Quando perguntamos pela essência da reportagem estamos a interrogar o quê? A prática da reportagem? O conceito linguístico? O género jornalístico? Parecem ser a mesma coisa, mas não são. Existem transversalidades e dessincronismos históricos que só através do método genealógico conseguimos abordar. A genealogia, em vez de detectar “verdades”, procura apenas as filiações que mostrem melhor as actuais configurações das coisas e, neste caso, interessa-nos as perceber as circunstâncias, que se alinham circunstancialmente ao longo dos séculos, para produzir aquilo que actualmente denominamos como um género jornalístico – a reportagem.

Esta exposição vai seguir duas vias genealógicas. Primeiro inventariando a génese de toda uma série de práticas, escritas e orais, de narrativização do real que se constituíram como formas pré-jornalísticas. Depois, procurar-se-ão esclarecer as condições históricas que deram origem ao aparecimento das palavras-conceito “repórter” e “reportagem”. Isto porque a prática da reportagem já se fazia muito antes de estes conceitos ganharem forma e estatuto discursivo ocupando espaço no campo jornalístico.

Jonh Carey justifica o seu monumental empreendimento de organização de uma colectânea histórica de reportagens, *The Faber Book of Reportages*, começando, nas primeiras palavras, por perguntar o que é a reportagem e encontrando como resposta um princípio definidor que lhe permite remeter para práticas de escrita da reportagem num arco temporal histórico que vai de Tucídides (460-395 a. C.) a James Fenton (1986).

“Antes de editar um livro de reportagem, é necessário decidir o que é a reportagem, e como se distingue o bom do mau. Eu decidi logo no início, para os meus fins, que a reportagem deve ser escrita por uma testemunha que viu com os seus próprios olhos, e eu tenho-me agarrado a isto

a maior parte do tempo, embora ocasionalmente tenha deixado entrar uma peça que não é de uma testemunha ocular em si, mas feita com base em relatos de testemunhas oculares. (Carey, 1986, p.XXX)

Carey adopta portanto como critério fundamental para definir a reportagem um princípio simples, o relato de acontecimentos observado pelo próprio ou recolhido directamente de testemunhas oculares. É um bom princípio dentro da perspectiva de que menos é mais. Como sustenta Carey:

“Uma vantagem de insistir em provas de testemunhas oculares é o que isso significa para a autenticidade. Todo o conhecimento do passado, que não é apenas suposição, deriva, em última análise, de pessoas que podem dizer “eu estava lá”, como podem fazê-lo o grupo de espectadores fortuitos, viajantes, guerreiros, assassinos, vítimas, e repórteres profissionais que aqui reuni. Outra vantagem é estilística. Os relatos de testemunhas oculares dão a sensação de verdade porque são rápidos, subjectivos e incompletos, ao contrário da história “objectiva” ou reconstituída, que é laboriosa, mas morta.” (Carey, 1986, p.XXX)

Jonh Carey autoriza-se de forma atrevida a estender o seu princípio, e, portanto, o conceito de reportagem, a todas as narrativas que ao longo da história descreveram acontecimentos reais que foram presenciados pelos próprios narradores. Mas o que Carey consubstancia é a ideia de que a prática da reportagem já existia muito antes de o conceito ganhar corpo enquanto género jornalístico o que só aconteceu no século XIX.

Carey inicia a sua colectânea com o texto de Tucídides, *A Praga em Atenas*. Tucídides é normalmente considerado, juntamente com Heródoto (485-425 a.C.), de quem é contemporâneo, um dos pais da história moderna. Escreveu a *História da Guerra do Peloponeso*, um dos primeiros e mais completos relatos históricos existentes na cultura ocidental. Tanto Tucídides como Heródoto² são normalmente considerados historiadores. No entanto

2. Heródoto, um grego nascido na cidade de Halicarnassus na Ásia Menor (hoje Bodrum na Turquia), publicou a sua colectânea de nove livros a que foi dado o nome de *Histórias* algures entre 426 e 415 a.C. A sua principal motivação foi explicar a improvável vitória grega contra o forte exército persa nas chamadas Guerras Persas que ocorreram entre 500 e 449 a.C e que Heródoto explica como tendo

Joe Saltzman tem uma tese interessante. Ele considera que nomear como historiadores Tucídides, Heródoto, Xenofonte e outros antigos escritores, não deixa de ser um rótulo forçado, mas ajudou a sustentar e a legitimar a criação da história como disciplina de saber. Saltzman (2010) assume como missão dar uma outra visão histórica do jornalismo e é por isso que argumenta em favor de se considerar Heródoto um jornalista.

“Chamar jornalista a um historiador antigo poderia ser pensado simplesmente como uma questão de rotulagem. Durante anos, os estudiosos ignoraram os jornalistas, mesmo quando era óbvio que estavam a falar de jornalistas. Por conseguinte, é importante considerar seriamente a questão das etiquetas. Chamar Heródoto e outros cronistas gregos e romanos do seu tempo historiador criou uma disciplina da história, uma forma de olhar para o mundo e relatar como era esse mundo num momento preciso do tempo. Rotular Heródoto como jornalista pode não mudar o que ele escreveu, mas muda a nossa percepção de onde o jornalismo teve origem, como foi recebido, e como o próprio jornalista foi tolerado ou ridicularizado ou criticado.”³

A forma de relato de Heródoto e de Tucídides está mais próxima da prática actual do jornalista repórter que do trabalho do historiador moderno. Tucídides aliás dá conta, no capítulo 22, do Livro Primeiro, da sua *História da Guerra do Peloponeso*, da conduta ética que seguiu para investigar os acontecimentos relatados:

“Quanto aos discursos pronunciados por diversas personalidades quando estavam prestes a desencadear a guerra ou quando já estavam engajados nela, foi difícil recordar com precisão rigorosa os que eu mesmo ouvi ou os que me foram transmitidos por várias fontes. Quanto aos fatos da guerra, considereei meu dever relatá-los, não como apurados através de algum informante casual nem como me parecia provável, mas somente após investigar cada detalhe com o maior rigor possível,

origem na Guerra de Tróia.

3. SALTZMAN, Joe (2010). Herodotus as an Ancient Journalist: Reimagining Antiquity's Historians as Journalists. *The IJPC Journal*, 2, 153-185.

seja no caso de eventos dos quais eu mesmo participei, seja naqueles a respeito dos quais obtive informações de terceiros. Pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma ideia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará.”

Se adoptássemos a visão de Joe Saltzman poderíamos considerar, todo este capítulo, em que Tucídides descreve o seu método de trabalho, o primeiro código deontológico da história da reportagem. No entanto a ousadia de Saltzman em chamar Heródoto “jornalista antigo”, ou de Nicola Luksic em provar que Tucídides é o “primeiro jornalista”⁴, são exercícios retóricos inúteis. Interessante é avaliar em que circunstâncias em que se foi afinando historicamente a prática de narrativas do real que aos poucos, no século XVII, começou a ser referenciada pelo nome de “jornalismo” e a que, mais tarde no século XIX, se juntaram outras categorias, como “repórter” e “redactor” e, em princípios do Século XX, a figura do “grande repórter”.

Os primeiros repórteres

O nosso propósito é, portanto, tentar identificar, através da genealogia, as circunstâncias em que a palavra “reportagem” deixou lentamente de referenciar histórias e relatos, actividades banais, e de certa forma menos-prezadas, tanto na vida quotidiana como nas redacções das gazetas e dos jornais dos séculos XVII e XVIII, para aparecer, primeiro no século XIX, como um género jornalístico e depois, no século XX, como “a arte nobre do jornalismo”.

Procurando legitimá-la como literatura, Matilde Rosa Araújo tem uma curiosa tese sobre a origem da reportagem e, de certa forma, do jornalismo:

4. Luksic, Nicola, *Thucydides: The First Journalist* with IDEAS Producer Nicola Luksic, CBC Radio, August 21, 2011 9:00 PM

“Com um bocadinho de boa vontade podíamos criar uma tese: que o jornalismo nasceu do verso tal como a poesia, que esteve condenada (felizmente) a fazer nascer a nossa literatura. As notícias infiltram-se. Vêm de longes terras, polidas arredondadas, como as pedras de um rio: chegam cá seixos de ribeira” (Araújo, 1946, p. 93)

Para Matilde Rosa Araújo é esta a verdadeira natureza tanto dos poemas como dos contos, oscilando entre o “halo da fantasia extrema” e o “nervo da verdade a deleitar, comover, andar de boca em boca, como um verdadeiro messiânico” (Araújo, 1946: 95). Mas não nos interessa estar aqui a fazer o revisionismo da história vendo agora “repórteres” em todas as figuras da cronística portuguesa. A actividade de cronistas era ao tempo de Fernão Lopes, Rui de Pina e Gomes Eanes de Zurara, uma actividade feita por profissionais e que, apesar de muito se basearem em testemunhos orais, relataram grande parte dos acontecimentos anos depois de estes terem acontecido. Fernão Lopes não presenciou os feitos de D. João, Mestre de Avis e Nuno Alvares Pereira quando descreveu a batalha de Aljubarrota na sua *Crónica de el-rei D. João I*, elaborada cerca de 70 anos depois. Gomes Eanes de Zurara, apesar de ser contemporâneo de alguns dos factos sobre os quais escreve também não os presenciou, na sua maioria, e valeu-se de testemunhos e documentos para elaborar as suas crónicas sobre a tomada de Ceuta ou sobre a descoberta e conquista da Guiné. O trabalho deles está muito mais próximo do que se convencionou ser a actividade de um historiador do que de um repórter. Mas de Fernão Lopes, citado por Matilde Rosa Araújo, retenho uma frase que agradaria a qualquer repórter: “Fermesura e novidades da palavra prejudicam a verdade”.

Muito mais próxima da reportagem estará certamente a célebre *Carta do Descobrimento do Brasil*. A responsabilidade pela execução de um relato factual da viagem de Pedro Alvares Cabral era sentida, por exemplo, por Pêro Vaz de Caminha, com uma nitidez que envergonharia certamente hoje muitos repórteres.

“Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que para alindar nem afeiar, não farei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu”.⁵

Com Pero Vaz de Caminha entra-se num período em que as tarefas do reportar passam a ter um papel mais central e estruturado na sociedade ocidental. Apesar de ser normalmente referido como “escrivão de Pedro Álvares Cabral” e de ter escrito uma “carta” e não uma “reportagem”, a tarefa que lhe foi consignada era a de que escrever um relato baseado no “que viu e o que pareceu”. Estamos, no século XVI, perante sociedades onde já não basta o relato *a posteriori*, feito em tons propagandísticos e laudatórios. Existe a urgência de uma nova informação, mais real, mais confiável, mais directa. Pero Vaz de Caminha e António Pigafetta⁶, o escrivão que acompanhou Fernão Magalhães na viagem de circum-navegação (1519-1521), são sintomas de um novo tempo da experiência. Um tempo em que se exige a prova escrita do relato do acontecido “visto claramente visto”⁷ como proclamaria também Camões nos seus *Lusíadas*. O ciclo do conhecimento baseado na observação abre um novo espaço para as tarefas do reportar da vida e de todos aos acontecimentos nela ocorridos e foi consolidado no fenómeno das gazetas.

Carlos Rizzini sustenta a hipótese, de que o nome “Gazeta” terá vindo de “Gazza” (Rizzini,1977), o nome da moeda a troco da qual “as cartas dos príncipes” eram traficadas nas ruas. Mas “Gazza” é também o nome italiano para gralha, um pássaro que ancestralmente serve para divertimento dos homens, que o ensinam a repetir tudo o que ouve. A “Gazeta”, segundo Rizzini, teve as suas raízes no ilícito tráfico dos correspondentes dos príncipes ou nos vícios de gralhar, de espalhar rumores. Certo é que a “gazeta” se

5. Carta de Pero Vaz Caminha Sobre o Descobrimento da Terra Nova que fez Pedro Alvarez. Feita na ilha da Vera Cruz em 1 de Maio de 1500. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185836> (consultada em 28-07-2020)

6. Pigafetta, A. (1525). *A Primeira Viagem ao Redor do Mundo Relazione del Primo Viaggio Intorno Al Mondo*. Porto Alegre: L&PM, 1986. Coleção Descobertas. ISBN 85-254-1432-8

7. Vi, claramente visto, o lume vivo/Que a marítima gente tem por santo/Em tempo de tormenta e vento esquivo,/De tempestade escura e triste pranto in *Os Lusíadas* (Canto V - 18 estância / estrofe) de Luís Vaz de Camões.

tornou desde logo um poderoso activador de correntes de circulação de todo o tipo de relatos, conversas, dizeres, boatos e rumores. Matilde Rosa Araújo considera que estas cartas são: “Um caso autêntico de reportagem em pleno século XV” (Araújo, 1946, p.104).

As gazetas revolucionaram a comunicação e a experiência por colocarem a informação, o livre pensamento ao alcance de todos. A luta contra actividade das gazetas marcou os séculos seguintes até ao aparecimento do jornalismo. Os regimes monárquicos e eclesiásticos, à beira da desagregação, tentaram impor publicações oficiais como em França a *Gazette* de Rénaudot, (mais tarde *Gazette de France*) e em Portugal a *Gazeta de Lisboa*. Mas as gazetas, muitas delas escritas à mão (*gazzetes-à-la-main*) e distribuídas clandestinamente como panfletos, foram um fenómeno imparável,¹ apesar das leis e perseguições violentas de que foram vítimas os seus autores.

“Desde 1551 estavam os periódicos de pena formalmente proibidos em França. ‘Que ninguém’ – determinava Henrique II – possa escrever notícias que afectem os negócios do reino, sob pena de confisco de pessoas e bens.” (Rizinni, 1977, p.90).

Em Inglaterra já vigorava desde 1275 uma lei que multava “linguarudos e boateiros”, penalização que no século XIV também se estendeu aos gazeteiros da escrita, que foram igualmente perseguidos pela Igreja. Em 1572, a repressão papal codificou-se na repressiva *Constitutio contra escriptores exemplantes e dictantes*, no mesmo ano ampliada e agravada pela *Bula Ea Est* de Gregório XIII. Não somente *gazzettanti* e *novellanti*, mas todos quanto recebiam, liam, copiavam ou transmitiam qualquer escrito que contivesse informações consideradas falsas, incorriam em pena de morte ou galés. José Francisco Valenzuela, historiador da imprensa, afirma que, foi na actividade quase clandestina das gazetas que foi aos poucos surgindo o “rapportisti”, ou seja, o repórter:

“Astutos agentes de comerciantes, denominados indistintamente ‘menanti’, ‘nouvellanti’, ‘rapportisti’ ou ‘gazzettanti’, que se dedicavam a interrogar quantas pessoas dignas de interesse encontravam, fossem

soldados, mercadores ou simples viajantes. O labor destas personagens gozava de muito má fama, já que muitas das informações que difundiam eram falsas ou abertamente tendenciosas.”⁸

Terá sido nestes meios ilícitos, desmerecidos e desprestigiados dos panfletos clandestinos, que nasceu a prática da reportagem, mas sem estar associada ainda às palavras fortes, que actualmente existem, de “repórter” e “reportagem”. Mas tratou-se de uma prática bem instalada nas rotinas das redacções das gazetas e dos primeiros jornais (1621) e obedecendo a uma divisão que chegou aos nossos dias, separando já, claramente, a tarefa de quem trazia a informação da “rua” (o repórter) de quem a redigia (o redactor). Mas o conceito que primeiro se estabilizou nesta actividade noticiosa, conforme atesta Caroline Peynaud, foi o de *jornalista*. A palavra jornalista foi-se tornando comum aos poucos durante o século dezoito:

“Falamos de um jornalista já em 1690, como alguém que publica um jornal, no sentido à época, de uma publicação diária. A palavra repórter é um pouco mais recente, comprovada desde 1798, após a Revolução.”⁹

Aliás as origens de algumas palavras importantes ligadas ao jornalismo actual demonstram a existência de processos perversos na formação dos conceitos. A palavra “jornalista” surgiu da querela entre os filósofos enciclopedistas e os gazeteiros no século XVIII. Para os filósofos escrever nos jornais não era uma actividade de escrita considerada nobre. O jornalista, aquele que escreve para o dia (*jour* em francês) era, portanto, o rótulo escolhido para designar uma actividade considerada desprezível para os filósofos, mas tornar-se-ia com o tempo no conceito mais representativo da prática de escrever notícias. Da palavra jornalista, surgiram os jornais e o jornalismo. Mas a ideia de jornalista remete mais para quem redige as notícias, o redactor, o que significa que a função de repórter ficou sem um nome que referenciasse a sua especialização até aos finais do século XIX.

8. Valenzuela, José Francisco. História del Periodismo, em:

URL: <http://www.prodigyweb.net.mx/delfi21/hostperiodismo.htm>, [consult.2020-0729].

9. Caroline Peynaud, « Les mots du journalisme : de la terminologie à la culture professionnelle », ASP [Online], 68 | 2015, Online since 01 November 2016, connection on 28 July 2020. URL : <http://journals.openedition.org/asp/4690>; DOI : <https://doi.org/10.4000/asp.4690>

O surgimento do conceito de reportagem teve também um processo obtuso semelhante ao de jornalista. Não sabemos como e quando o nome foi surgindo nos meios jornalísticos. Segundo o DITL (Dictionnaire International des Termes Littéraires)¹⁰ o termo “reportage” foi referenciado como neologismo, em Inglaterra em meados do séc. XIX, designando a denegrida actividade de coscuvilhar que os franceses teriam por hábito praticar nas gazetas. É uma mistura de “report” e “cancannage” (bisbilhotice).

Para Jean Pierre Montier, da Universidade de Rennes, a palavra “reportagem” terá sido utilizada pela primeira vez pelos irmãos Edmond e Jules Goncourt em 1865¹¹. A citação é esta:

“Repetimo-lo, no dia em que o esforço para escrever deixe de existir no alfabetizado, e o esforço para escrever de forma personalizada, é possível ter a certeza antecipadamente que a reportagem terá ultrapassado em França a literatura.”¹²

Apesar da demonização que tanto os irmãos Goncourt como, mais tarde, Mallarmé¹³ farão da reportagem, são eles que lhe inauguram um destino diferente e uma representação visível no universo da cultura. Os escritores, ao preferirem dialogar com a palavra “reportagem” e não com “jornalismo, dão à expressão uma tal importância que em breve, tal como aconteceu com a palavra “jornalista”, ela será adoptada pelas redacções para finalmente nomear uma prática antiga, mas que até então nunca tinha tido a dignidade de um nome. Quando nasce a reportagem no jornalismo consolida-se também o repórter.

10. cf. em “Reportagem/report” in DITL (Dictionnaire International des Termes Littéraires) [consult.2004-07-08], <http://www.ditl.info/art/definition.php?term=3874>

11. É o que afirma Jean-Pierre Montier, no seu ensaio “Constantin Guys” in Boucharenc M., e Deluche J. (2001). *Littérature et Reportage*. Pulim: Limoges. Montier afirma ainda que a palavra “repórter” aparece anteriormente, pela primeira vez, em *Promenades dans Rome*, livro de 1829.

12. Edmond de Goucourt, “Preface” in Chérie, (1884) [consult.2020-07-29] <http://ldm.phm.free.fr/Oeuvres/PrefacesXIX.htm#Ch%C3%A9rie>

13. Mallarmé critica em Crise de Vers “universal reportagem”. Mallarmé, S. (1895) “Crise de Vers” in URL: http://www.lyriktheorie.uni-wuppertal.de/texte/1897_mallarme2.html. [consult.2020-07-29]

A primeira vaga da reportagem

Guerra Civil Americana (1861 – 1865) foi o conflito que solidificou decisivamente o jornalismo profissional e instituiu definitivamente a noção de repórter. Várias centenas de repórteres fotográficos e correspondentes foram destacados, no continente americano, e de toda a Europa, para cobrir a guerra. Nos Estados Unidos, havia na altura mais de 2.000 periódicos (a célebre “penny press” – a imprensa de um cêntimo, que nasceu em 1833 com o New York Sun). A especificidade, da guerra civil americana, foi responsável por um conjunto de regras e práticas ainda hoje fundamentais no jornalismo.

Durante o conflito norte-americano, uma nova tecnologia foi inserida no mundo da imprensa – o telégrafo. As notícias podiam, agora, ser dadas com grande rapidez, mas acentuaram ainda mais a divisão do trabalho jornalístico. No campo de batalha, o repórter não podia redigir o texto como o fazia anteriormente, para enviar pelo correio. Tinha que escolher um conjunto de palavras-chave que resumissem o essencial da notícia. Desta forma, o relato do acontecimento podia ser enviado de forma rápida através do telégrafo. Terá nascido assim a prática do chamado “lead”, ou seja, a regra que exige que o essencial da notícia seja colocado num só parágrafo: “quem?”; “quê?”; “como?”; “onde?” e “quando?”. Junte-se a estas regras a prática da pirâmide invertida, que “pede” que o texto seja construído com base numa hierarquização dos factos, sendo os mais importantes colocados no início do texto e os menos significativos no fim, e temos as regras básicas da reportagem. Dennis Ruellan¹⁴ considera no entanto abusiva esta apropriação norte-americana das bases universais da reportagem, já que a técnica se foi apurando muito na imprensa francesa da segunda metade do século XIX.

Apesar de inúmeros textos, que hoje fazem a história do jornalismo, usarem à vontade o termo “repórter” para se referirem a jornalistas do passado, o

14. Denis Ruellan (2007), *Le journalisme ou le professionnalisme du flou*, Grenoble, Presses de l'Université de Grenoble.

certo é que, na altura, século XIX e princípios do século XX, o termo não era comum, nem vulgarmente utilizado.

“Correspondentes”, “enviados especiais”, “redactores” eram os termos preferidos. A palavra “repórter” ainda não era nem apelativa, nem primeira escolha. Entre 1880 e 1900, registámos que o nome “repórter” começou a aparecer no espaço público português, dando origem a títulos de jornal.

A primeira publicação portuguesa a utilizar a palavra (dando-lhe aliás uma inovadora primazia entre as tarefas do jornalismo) foi o jornal diário *O Repórter* cujo director era Pinheiro Chagas.

No número zero de apresentação d’ *O Repórter*, datado de 24 de Dezembro de 1887, dispomos pela primeira vez, ainda que resumidamente, de uma argumentação bem estruturada que nos permite avaliar qual a percepção que existia em Portugal, no final do século XIX, da ideia do que era um repórter. Numa coluna precisamente intitulada “O nosso título”, Jayme de Séguier, confirma que o termo apareceu, nessa altura, em Portugal como um galicismo:

“Hesitámos algum tempo deante d’este título sympathico – o *Jornal Moderno*. Mas era comprido demais. Não cabia em nosso frontão em letras bem visíveis. Depois era em duas palavras, o pregão dividia-se e perdia sonoridade. Conviria para um subtítulo, mas nós desejávamos melhor. Afinal o acaso forneceu-nos *O REPORTER* que nos seduziu logo com suas syllabas curtas, incisivas, fortemente acentuadas e de fácil pronunciação, apesar da sua origem estrangeira. Era com effeito o nome que nos convinha, que nos definia por assim dizer.¹⁵

Um outro caso que merece ser analisado é o *Gabinete dos Reporters*, um jornal que aparece em Fevereiro 1894, cerca de seis anos depois de *O Repórter*. No seu primeiro número o “*Gabinete dos Reporters*” publica também várias das intenções programáticas dos seus jornalistas. Na página 2, numa coluna intitulada “A reportagem”, pode-se ler:

15. Jayme de Séguier, “O nosso titulo” in *Jornal O Repórter*, de 24 de Dezembro de 1887).

“Victor Hugo disse um dia “o jornal matou o livro!” Pode também afirmar-se, sempre na dependência do *ceci tuera cela*, que o repórter matou o cronista. A reportagem, de proveniência norte-americana, está dando ao jornalismo um interesse novo, uma viva palpitação de actualidade, de que carece, acima de todos os elementos de que é formado, para cativar e fixar esse grande e eterno *blasé*, sempre fugidio e caracteristicamente indiferente que é o público português. SER REPORTER na verdadeira acepção do vocábulo, não consiste em colher em voo uma notícia inédita; resume-se em fazer vibrar nessa notícia rapidamente escrita um interesse agudo, que vá cravar-se no alvo da curiosidade como o bico de uma flecha”.³¹

Eduardo Fernandes, mais conhecido por Esculápio (quando começou no jornalismo era estudante de medicina) é sem dúvida o jornalista que merece o título de primeiro repórter português. Começou a sua carreira em 1891, colaborou no *Gabinete dos Reporteres* e no *Jornal Vanguarda*, fundou o jornal *O Diário* e trabalhou mais de 40 anos n’*O Século*, o mais importante jornal do princípio do século XX. Esculápio ganhou fama pela capacidade de investigar e até resolver alguns crimes. Tinha uma enorme rede de informadores em Lisboa e uma forma de escrever bastante detalhada e empolgante. A sua mais famosa reportagem terá sido a descrição do assassinato do Rei D. Carlos e do Infante D. Luís, em 1 Fevereiro de 1908. Quando os repórteres ingleses chegaram a Portugal para cobrir o regicídio e pediram à Rainha D. Amélia para descrever como tudo acontecera ela terá respondido: “Leiam a primeira página do Século!”.

A era das grandes reportagens e dos grandes repórteres

Foi precisamente no pós-Primeira Guerra Mundial, em França, que o termo repórter deixou de ser um sinónimo, entre outros, de jornalista, passando a designar algo específico, como aquele que escreve grandes reportagens. Miriam Boucharenc (2001), num texto intitulado “*Petite typologie du Grand Reportage*”, sublinha que o termo foi um dos atirados para o fogo das “etiquetas sonantes” com que os editores livreiros procuraram atrair os leitores

para uns livros “diferentes” (em relação aos géneros tradicionais) que começaram a publicar no início dos anos 20. Uma dessas primeiras colecções chamava-se precisamente «*Grands Reportages*» e o primeiro número saiu com vários trabalhos de Albert Londres, o jornalista que os franceses instituíram como o pioneiro dos grandes repórteres. O termo “grande reportagem” não designava nenhum género em particular, nem indiciava ainda a consciência de um estilo novo, com lugar à parte no jornalismo. “Grande reportagem” passou aos poucos de mera expressão métrica para referir a extensão dos relatos que chegavam ao tamanho “grande” de um livro, para passar a referir também um posto hierárquico, cimeiro na arte do reportar. Quando o debate em torno da reportagem gerou um género da escrita originou também, nas redacções, uma escala de valores e remunerações no cimo da qual se destacava a categoria de “grande repórter”. Também em Portugal, se fez sentir o impacto desta nova forma de jornalismo, numa época, o pós-Primeira Guerra Mundial, em que existe um fenómeno de massificação da imprensa, através do aparecimento de títulos como o *ABC*, o *Notícias Ilustrado* e o *Diário de Lisboa* entre outros.

Por exemplo, o conhecido director da revista *Ilustração Portuguesa*, nos anos 20, António Ferro, percorreu alguns dos passos de Londres. Esteve, por exemplo em Fiume, na Itália, para entrevistar, tal como Londres, Gabriel D’Annunzio¹⁶, o precursor das ditaduras europeias dos anos 30 e 40. António Ferro era um jornalista cujo prestígio, em Portugal, poderia ser comparado ao de Londres em França. Mas Ferro não tinha as coordenadas programáticas da grande reportagem tão afinadas como Londres, nem em Portugal havia ainda alguma preocupação em debater o jornalismo. Ferro nem sequer se atribuía a si próprio o título de “repórter”.

O título de “grande repórter” foi sobretudo explorado por um personagem complexo, paradoxal, mas que ficou na história do jornalismo português. Trata-se de Reinaldo Ferreira mais conhecido por *Repórter X*.

16. Cf. Ferro, A. (1922), Gabriele d’Annunzio e Eu (crónicas de Fiume). Lisboa. Portugalíia Editora.

Reinaldo Ferreira, entre 1918 e 1935, cobriu alguns dos mais importantes acontecimentos da vida portuguesa, como o assassinato do Presidente Sidónio Pais; a guerra civil, que ficou conhecida como “Monarquia do Norte”; o golpe de 28 de Maio que instaurou o período da Ditadura Militar, onde conseguiu uma entrevista exclusiva com o líder do golpe, Gomes da Costa, entre outros. Com mais ou menos sensacionalismo, ele fez as reportagens de alguns dos mais decisivos acontecimentos da vida portuguesa desses tempos. Numa linha trabalho paralela, a que podemos chamar de semi-ficcional, Reinaldo Ferreira criou o *Repórter X*, um alter-ego que mascarava as reportagens falsas, que queria fazer passar por verdadeiras e que ficaram conhecidas como “reinaldices”.

Como romancista, inventou o Kiá, o “Rei dos Repórteres”, uma personagem de ficção semelhante a Rouletabille, Tintim ou Super-Homem. Kiá já tinha sido o herói das três primeiras novelas publicadas em 1931, na revista *Novela Policial*. Em 1934, a revista *Repórter X* faliu, mas Reinaldo Ferreira conseguiu pôr de pé uma nova publicação antes do final do ano. Surgiu assim *X – Semanário de grandes reportagens*. O nº 1 sai em Novembro (22-11-34) e no nº 15 regressa Kiá, com a primeira (e última) das suas aventuras: “*Aventuras do repórter ‘Kiá’ – um romancista e um fantasma*”.

O “encolhimento” do mundo, alcançado pela evolução das tecnologias dos média, aliado à desconfiança na mediação gerada pela guerra mundial, voltaram a dar valor na ciência ao sujeito da observação, da experiência e da responsabilidade, desde que ele próprio fosse aos locais pesquisar. O “grande repórter” é, por isso também, o resultado desta nova forma de legitimação do método científico, emergindo da síntese entre o aventureiro, que vai a todas as partes do mundo certificar aquilo que o espectador não pode verificar *in loco*, e o escritor que fornece, para além da capacidade de articular palavras e coisas, o domínio de um formato de narrativa longo (romance), onde o registo das suas observações apesar ser suficientemente minucioso para ser rigoroso é equilibrado por uma escrita atraente. Desta síntese surge também a grande reportagem. O “observador móvel”, que sustenta a reportagem, é algo que tem que ser entendido, de uma forma mais

vasta, no interior do movimento filosófico conhecido por fenomenologia que, nos anos 20, pede o “regresso às coisas” e à “experiência”.

Em 1929 o jovem Hergé criou a figura do Tintim. Saía, em tiras diárias, no jornal belga *Le Petit Vingtième* e a sua primeira aventura foi *Tintin no País dos Sovietes*. Tintim era praticamente desconhecido naqueles tempos, mas, durante todo o século XX, tornou-se, juntamente com Clark Kent, (a identidade disfarçada do Super-Homem) numa das principais representações da figura do repórter. As figuras de Tintim e do Super-Homem, repórteres, talvez tenham enobrecido e valorizado definitivamente a “ideia” de repórter no imaginário popular, mas também tornam claro o aspecto caricatural e frágil a que chegaram as reflexões sobre a reportagem. De Tintim e de Clark Kent nunca conhecemos as reportagens que supostamente deveriam escrever, respectivamente, para o jornal *Le Petit Vingtième* e para o *Daily Planet* como o resultado das suas aventuras.

Por tudo o que analisámos até aqui, percebemos que esta segunda vaga da reportagem, ocorrida entre os anos 20 e 30 (numa época que ficou conhecida como o período do modernismo), colocou a reportagem pela primeira (e talvez única no Ocidente), como um fenómeno dominante em várias dimensões da experiência que vão inclusivamente para além do campo jornalístico, desde o pensamento filosófico até à febril cultura popular.

As grandes reportagens televisivas

Quando surgiu a televisão já a reportagem com imagens tinha feito um caminho sólido na fotografia (o mais sólido, aliás) mas também no cinema. O painel de géneros no cinema é aliás algo complexo porque, quando apareceu a televisão (anos 30), se dividia, predominantemente, em filmes, actualidades e documentários. Nos géneros das chamadas “imagens em movimento” (Deleuze, 1983) a função de reportar estava presente em todos mas não era nomeada em nenhum. Mesmo as reportagens cinematográficas, apesar do impacto que tinham na época, raramente eram referidas como “reportagens”, sendo o seu nome mais frequente o de “filme de actualidades”.

O mundo cinematográfico nunca constituiu redacções de jornalismo. Elas surgiram na rádio e na televisão, mas nunca no cinema, apesar da tradição do “Jornal de Actualidades”. O “Jornal de Actualidades” foi sempre feito por realizadores de cinema, que por vezes contratavam jornalistas para escrever os textos, mas na sua elaboração nunca imperou nem a razão nem a deontologia jornalística. A rádio constituiu uma boa escola de reportagem jornalística e tornou-se fundamental na criação do estilo “directo” do reportar. Quando a reportagem surgiu na televisão, uma das suas melhores escolas foi a importada do jornalismo radiofónico. Também a criação de redacções de informação na televisão trouxe de novo a épica da “grande-reportagem” ao discurso público. A “grande-reportagem” televisiva opera, portanto, a partir da tónica da “razão jornalística” e esse é o seu grande factor de distinção (e de perturbação) em relação ao documentarismo cinematográfico e à via gémea do reportar que este constituiu. Na reportagem televisiva vão-se encontrar pela primeira vez os grandes regimes de narração do mundo – a voz, a escrita e a imagem.

Em relação à reportagem televisiva, ela surge timidamente na televisão portuguesa a partir de 1957 em jornais televisivos dominados pelo texto e pelas actualidades cinematográficas.

No livro que faz a história da RTP, em Portugal, Vasco Hogan Teves (1998) destaca a visita da Rainha Isabel II, a Portugal, em Fevereiro de 1957, e a reportagem sobre a erupção do vulcão dos Capelinhos, nos Açores (1958) como momentos inaugurais da reportagem televisiva em Portugal. Mas nesse primeiro período da televisão em Portugal, antes do 25 de Abril, o regime do Estado Novo demonstra, sobretudo, que tem receio das imagens e que o programa que tem para as controlar é radical. Mais que controlar a emissão, o regime esforça-se por impedir que as imagens se façam no terreno e, portanto, que existam sequer.

Desde que existissem fisicamente, mesmo proibidas, as imagens poderiam tornar-se sempre perigosas porque podiam escapar, em qualquer altura, ao controlo dos censores. Mas se o regime revela medo das imagens, revela

ainda um maior medo dos sons. Apesar da tecnologia de captação de som ser mais acessível que as das imagens é elucidativo que não existissem na RTP tantos técnicos de gravação de som como operadores de imagem para, assim, formarem equipas completas. Antes do 25 de Abril existia em média, para cada três operadores de câmara, apenas um técnico de som. Os acontecimentos seleccionados para serem captados com som eram criteriosamente escolhidos. No Governo os ministros competiam por ter som directo no Telejornal, já que isso lhes outorgava importância política. “Ouvir o povo era impensável” afirmou-nos Vasco Hogan Teves:

“Era entendido pelos homens do regime como um complemento prejudicial que podia mostrar o descontentamento do povo. Tinham mais medo dos sons do que das imagens”.¹⁷

Alguns dos acontecimentos mais marcantes, ocorridos em Portugal na década de sessenta, nem sequer foram registados em imagens televisivas. Por exemplo, durante a campanha presidencial do candidato Humberto Delgado às eleições de 1958, nenhuma imagem foi captada e emitida nos telejornais da altura.

“As únicas referências à campanha de Delgado – e de Arlindo Vicente – eram apenas lidas nos noticiários e de forma lacónica” (Cádima, 1996, p.146).

Não foram também recolhidas imagens dos acontecimentos que revelavam a actividade da oposição interna em 1961 e 1962. Recorde-se por exemplo o golpe de Botelho Moniz em Abril de 1961; o desvio, de um avião da TAP para Tanger, planeado por Henrique Galvão, e executado por um comando liderado por Palma Inácio em Novembro de 1961; o assalto ao quartel de Beja e as grandes manifestações estudantis de Maio de 1962 que provocaram a chamada “crise académica.”

Os mais importantes acontecimentos da vida pública portuguesa, muito agitada nesses anos de 1961 e 1962, foram sendo sucessivamente referidos

17. Entrevista feita pelo autor a Vasco Hogan Teves, realizada a 1 de Junho de 2004.

apenas em comentários de opinião, nas revistas de imprensa dos telejornais lidas pelos locutores, ou ainda nos discursos de membros do governo.

Em todos estes casos, o regime não arriscava a tomada de imagens, mesmo que dispusesse de todos os meios para lhes controlar e instrumentalizar o sentido na emissão. A invasão de Goa, pela União Indiana, passou pelo Telejornal entre comunicados e *slides*. Nunca foi referida a rendição das tropas portuguesas.

Em 1961, o Telejornal ensaiou uma nova organização do seu alinhamento. Os acontecimentos passaram a ser agrupados em rubricas: “acontecimentos nacionais”; “acontecimentos internacionais”, “vida desportiva”; “jornal da mulher”, etc. Uma das rubricas era a “reportagem”. Foi a primeira vez que, na televisão portuguesa, o termo reportagem deixou de designar um serviço da redacção, para o qual havia outros sinónimos como “peça”, “filme”, “documento filmado”, e passa a ter um pequeno estatuto de género informativo. As rubricas de reportagem não duraram muito no Telejornal, mas tinham um estilo bem definido, demonstrando que havia, na redacção, quem dominasse razoavelmente os seus princípios. Obviamente não se permitia à reportagem, a investigação da actualidade mais conflituosa, ou dos acontecimentos com violência associada. À reportagem estava consignado um papel didáctico, educativo. Em Março de 1961 quando começa a guerra colonial em Angola, a rubrica “reportagem”, do Telejornal, foi dedicada à “Semana da Enfermeira”.

A RTP tinha uma equipa de jornalistas em Angola, composta pelo jornalista Horácio Caio e pelo operador de camara António Silva quando se iniciaram os conflitos provocados pela UPA, no leste do país, em Março de 1961. O Telejornal passou imagens dos ataques como forma de dar a ver aquilo que o regime considerava uma barbárie provocada pelo guerrilheiros e de forma legitimar também uma intervenção armada. Em Agosto de 1961 os repórteres Neves da Costa e Serra Fernandes acompanharam um dos batalhões do Exército português que recapturou a localidade angolana de Nambuangongo. Desta aventura passaram algumas peças curtas no

Telejornal. Neves da Costa elaborou depois um trabalho a que chamou a *Grande Arrancada* que é a primeira grande reportagem de guerra da televisão em Portugal, mas nunca passou na íntegra na RTP antes do 25 de Abril.

Mas depois de 1962, estas reportagens arriscadas não mais se repetiram na televisão enquanto durou o conflito no Ultramar. A guerra colonial na RTP foi-se extinguindo, centrando-se quase exclusivamente em comunicados oficiais (lidos pelos locutores nos telejornais sem imagens, fazendo a contabilidade dos mortos e feridos) e nos longos depoimentos de boas festas dos militares portugueses que eram recolhidos, durante o ano, para serem exibidos pelo Natal e Ano Novo. Em alguns dos programas de informação sobre a guerra colonial, as imagens de propaganda das Forças Armadas eram misturadas com as obtidas pelos repórteres da RTP.

Na RTP fazia-se uma informação subserviente e claramente alinhada pela ideologia do Estado Novo e a reportagem, a forma mais aberta e livre do jornalismo contactar com a realidade, foi nitidamente o género mais prejudicado durante o período do Estado Novo. No próprio dia da chegada do homem à Lua, em 21 de Julho de 1969, apesar de a RTP ter estado dezoito horas em directo acompanhando o histórico acontecimento (Armstrong pisou a lua às 3h 56 minutos da manhã), o Telejornal abriu a emissão dessa noite com imagens da visita de Américo Tomás a uma cimenteira. A notícia da chegada do homem à Lua foi apenas a décima quinta do alinhamento.

No período que se seguiu ao dia 25 de Abril, o fenómeno mais marcante, em termos televisivos, é sem dúvida o “libertar” da reportagem. As equipas da RTP estavam por todo o lado, num frenesim de reportar nunca antes visto na história da televisão em Portugal. Percebiam-se agora quais as técnicas, da reportagem que estiveram bloqueadas anteriormente: a entrevista, os depoimentos dos cidadãos, os vivos do repórter em cima dos acontecimentos. Entre os muitos exemplos destes tempos destaco a reportagem que Adelino Gomes fez do ataque dos paraquedistas ao quartel RAL 1, em Lisboa, no dia 11 de Março de 1975 durante o chamado “golpe spínolista”. É o trabalho mais representativo de uma viragem na informação

televisiva ocorrida durante esse período a que se convencionou chamar o PREC (Período Revolucionário em Curso, 1974-1975). Adelino Gomes relata os acontecimentos que presenciar como se estivesse em directo e o operador regista as imagens sem desligar a câmara. É uma técnica referenciada pelos americanos como “live on tape” e que trouxe para a televisão as virtudes mais antigas da reportagem, o possibilitar uma imersão do espectador na realidade como se estivesse lá, como se “visse, claramente visto” com os seus próprios olhos. Pela reportagem televisiva também o espectador pode ser testemunha directa dos acontecimentos.

Neste estudo propomos apenas tópicos e não um tratamento exaustivo. Por isso lhe chamamos genealogia procurando invocar para reflexão alguns dos momentos marcantes da história da reportagem.

Por último referimos o programa que em Portugal se tornou um símbolo da arte da reportagem – o programa *Grande Reportagem*. A *Grande Reportagem* atravessa toda a história recente da televisão em Portugal. Tornou-se num modelo, numa referência para todos os jornalistas com aspiração a serem grandes repórteres. Começou na RTP, no serviço público de televisão, em 1981. Transformou-se numa revista impressa em 1984, tendo como director José Manuel Barata Feyo, o jornalista que antes criara o programa televisivo. Em 1996 a marca foi adquirida pela SIC e desde então a *Grande Reportagem* nunca mais deixou de ser uma das referências desta estação privada de televisão.

O programa reintroduziu em Portugal o conceito de *grande reportagem*. Não era, obviamente, um conceito desconhecido. Reinaldo Ferreira utilizara-o nos anos trinta na sua *X – semanário de grandes reportagens*. No entanto, o nome *Grande Reportagem* nunca se estabilizou enquanto conceito, formato ou mesmo género. A França foi, sem dúvida, o país que começou a usar o nome para distinguir as reportagens mais alargadas, não só por terem uma maior dimensão temporal, mas por revelarem aos jornalistas uma maior exigência em experiência, em documentação, em investigação, em esforço físico e mental.

Nos países anglo-saxónicos, por exemplo, nunca existiu o conceito de “*great reporting*”. Os trabalhos mais extensos recebem normalmente o nome de “*reporting*”, “*film*”, “*Big Story*”, ou “*journalistic documentary*” que é, aliás, uma das distinções feitas ainda nos anos 60 pelo realizador Karel Reisz (1953). Tom Wolfe (1973) utiliza também a designação de “*reporting*” como conceito para distinguir a natureza do trabalho que faz. Poucos dos seus contemporâneos, do chamado período do *New Journalism*, o seguem, no entanto, nessa tipologia. Utilizam antes o termo “*news documentary*” ou “*non fiction documentary*”. Nas redacções anglo-saxónicas a distinção mais frequente é entre *hard news* – a notícia pura e dura da actualidade – e *feature* – um trabalho com assinatura especial em que o realçado é, sobretudo, o “ponto de vista especial” do repórter sobre o acontecimento.

Na Alemanha, por exemplo, a categoria de *film* é usada para todos os programas com a dimensão superior a trinta minutos. O que distinguem é um *film* de “actualidade” ou “current news” (que corresponde à reportagem) e um *film* de “não-ficção” (categoria que engloba todos os documentários).

Historicamente tem sido em França que o debate sobre as diferenças entre o documentário e a reportagem tem sido mais intenso e frequente. Trata-se de um debate interminável.

Em Portugal, a ideia de *grande reportagem* impôs-se, nos anos 80, sem ter sido o resultado do debate histórico entre documentário e reportagem que ocorreu, por exemplo, em França. A reportagem, como vimos, sempre foi tida como uma mera função jornalística, um nome para designar serviços da redacção, ou secções nos jornais. Também não foi uma categoria originária de estudos académicos sobre os média, já que a investigação universitária nesse campo era ainda muito embrionária. O que é curioso é que, em Portugal, houve uma inversão do processo que fez descobrir o histórico conceito de reportagem. Enquanto, em França, o “grande repórter” se enraizou no jornalismo, depois do debate filosófico dos anos vinte em torno da relação entre reportagem e literatura (e a grande reportagem é o resultado de todo esse processo), em Portugal fez-se luz sobre o conceito de

reportagem a partir da fama que o formato *grande reportagem* adquiriu nos inícios dos anos 80. Por isso, em Portugal, foi logo a *grande reportagem* (e não a reportagem) que se candidatou, por força das circunstâncias, a ocupar o lugar de género jornalístico. As circunstâncias, mais do que a reflexão ou o debate, sobre essências e princípios em torno dos média, foi realmente o que instituiu a *grande reportagem* em Portugal. O conceito foi-se tentando descobrir aos poucos, mais com tateamentos e experiência da prática, do que com metodologias de reflexão.

O que é evidente ainda é o estatuto de menorização da reportagem no painel das artes daquilo a que se convencionou chamar a cultura. Os grandes repórteres e as grandes reportagens não fazem parte da história como os grandes escritores, os grandes realizadores ou os grandes músicos. Há na memória e na história este mistério por resolver e inverter.

Matilde Rosa Araújo descreve bem o fenómeno:

“Quando se acaba de ler uma reportagem, não me consta que se grite: Autor! Autor! Porque se a reportagem é autêntica ... o autor esqueceu” (Araújo, 1946, p.25).

Bibliografia

- Araújo, M. R. (1946). *A Reportagem como Género – Génese do Jornalismo através da constante Histórico-Literária*, Dissertação para a licenciatura de Filologia Românica. Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1946.
- Boucharenc, M., e Deluche J. (2001). *Littérature et Reportage*. Pulim: Limoges.
- Cádima, R. (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa (1957-1974)*. Lisboa: Presença.
- Carey, J. (1996). *The Faber Book of Reportage*. Faber and Faber: Londres.
- Deleuze, G. (1983) *L'Image Mouvement*. Ed. Minuit. Paris.
- Hogan Teves, V. (1998). *História da Televisão em Portugal (1957-1975)*. Lisboa. TV Guia Editora,

- Pritchett, W. K.(1993). *The Liar School of Herodotus*. Boston: Brill Academic Publishers.
- Reisz, K. (1953). *Técnica del Montage Cinematográfico (or. The Technique of Film Editing)* Tradução de Eduardo Ducay, Taurus, Madrid, 1980.
- Rizzini, C. (1977). *O Jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- Ruellan, D. (2007). *Le journalisme ou le professionnalisme du flou*. Grenoble. Presses de l'Université de Grenoble.
- Saltzman, J.(2010). *Herodotus as an Ancient Journalist: Reimagining Antiquity's Historians as Journalists*. The IJPC Journal, 2, 153-185
- Wolfe, T. (1973). *The New Journali*. Londres. Picador.

O autor escreve segundo o antigo acordo ortográfico.